



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE AZUL

Praça Coronel Jonathas - 220 - Centro - Monte Azul - MG

CEP: 39500-000 - Estado de Minas Gerais

Fone: (38) 3811-1059 / Fax: (38) 3811-1766

CNPJ: 18.650.945/0001-14

TERMO DE COLABORAÇÃO E FOMENTO

Termo de Colaboração Nº 021/2023

TERMO DE COLABORAÇÃO E FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MONTE AZUL/MG E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – ASSOCIAÇÃO AMOR CANINO DE MONTE AZUL/MG, OBJETIVANDO A CONTINUIDADE E AMPLIAÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS - AO(S) AMPARO/CAUIDADOS E ALIMENTAÇÃO DOS CÃES E DEMAIS ANIMAIS DOMÉSTICOS (PET'S) DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL/MG.

O **MUNICÍPIO DE MONTE AZUL/MG**, inscrito no CNPJ nº 18.650.945/0001-14, com sede na Praça Cel. Jonathas, nº 221, Centro, Cep: 39500-000 neste ato representado por seu prefeito municipal, o Sr. **Paulo Dias Moreira**, inscrito no CPF sob o nº 254.682.356-68, **ADMINISTRADOR PÚBLICO** da presente parceria, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e a Organização da Sociedade Civil Sem Fins Lucrativos **AMOR CANINO DE MONTE AZUL/MG**, CNPJ nº 42.634.583/0001-52, situada na Rua dos Fernandes, nº 46, Centro, Cep: 39500-000, neste ato representada por sua presidente, a Srt^a. **Anny Caroliny Fernandes Silva Pardim**, titular do CPF nº 098.709.816-07 e RG nº MG-16.566.376, doravante denominada, **O.S.C.**, e ambos em conjunto denominados **PARCEIROS**, sujeitando-se, no que couber, aos termos da CRFB/88 (arts. 37 e 225); Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000; Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014; Lei Orgânica Municipal (arts. 2º, 23-VI, 28-§único, 230, 233, 237 e 259); Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008; e demais normas que regulamentam a espécie, em conformidade com o Plano de Trabalho deste instrumento, **RESOLVEM** celebrar o presente **Termo de Colaboração e Fomento**.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Colaboração e Fomento tem por finalidade precípua ratificar o objeto oportunamente pactuado – ou seja, a formalização da relação de parceria, em regime de mútua cooperação entre o MUNICÍPIO e a O.S.C., para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, destinada a colaborar e a buscar promover, em condições adequadas e dignas, o exercício dos direitos e da proteção/tutela dos animais em nosso município, visando à sua inclusão social e respeito e a formalizar a ampliação/aperfeiçoamento do atendimento a(s) demanda(s) em conformidade com o(s) novo(s) Plano(s) de Trabalho que, rubricado pelas partes e em anexo, integram o presente instrumento.

site: www.monteazul.mg.gov.br

e-mail: prefeitomonteazulmg@gmail.com / e-mail: gabinete@monteazul.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE AZUL

Praça Coronel Jonathas - 220 - Centro - Monte Azul - MG

CEP: 39500-000 - Estado de Minas Gerais

Fone: (38) 3811-1059 / Fax: (38) 3811-1766

CNPJ: 18.650.945/0001-14

1.2. O(s) novo(s) Plano(s) de Trabalho - cujo conteúdo e inteiro teor seguem em anexo e passam a integrar o presente instrumento - tem por objeto o seguinte:

- a) Viabilizar recursos financeiros para a aquisição de alimentos e insumos/medicamentos veterinários aos animais assistidos/acolhidos pela O.S.C.;
- b) Viabilizar recursos financeiros para contratação de funcionário responsável aos cuidados dos animais assistidos/acolhidos, bem como do espaço físico da O.S.C.

1.3. Esta parceria será executada, sempre que possível, por atuação em rede e cooperação de duas ou mais O.S.C.s dotadas de finalidades/objetivos comuns, com a cooperação dos órgãos da Administração Pública competentes, nas três esferas da federação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

2.1. Como forma mútua de cooperação na execução do objeto do **Termo de Colaboração e Fomento**, comprometem-se os Parceiros à executar a integralidade das obrigações assumidas, no âmbito das respectivas competências.

2.2. São obrigações comuns dos PARCEIROS:

- I - conjugar esforços e cooperar um com o outro para a plena realização do objeto;
- II - promover publicidade e transparência das informações referentes a esta parceria;
- III - promover o registro das informações cabíveis nos termos da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- IV - fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle interno e externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas à parceria independente de autorização judicial; e
- V - priorizar a busca por soluções pacíficas e extrajudiciais, na hipótese de qualquer dúvida ou controvérsia sobre a interpretação e cumprimento deste Termo.

2.3. São obrigações do MUNICÍPIO:

- I - efetuar o repasse dos recursos destinados a contribuir com a execução do Plano de Trabalho, na forma prevista na Cláusula Terceira;
- II - apoiar a O.S.C. no alcance dos resultados previstos no objeto da presente parceria, conforme o Plano de Trabalho;
- III - direcionar esforços para garantir a formação continuada de dirigentes e técnicos da O.S.C.;
- IV - sempre que solicitado, prestar informações e esclarecimentos referente à parceria aos integrantes da O.S.C.;
- V - designar, por ato publicado no Diário Oficial do Município - DOM, o gestor da parceria e os membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação;
- VI - publicar o extrato desta parceria no Diário Oficial do Município (DOM) e respectivas alterações, se for o caso;

site: www.monteazul.mg.gov.br

e-mail: prefeitomonteazulmg@gmail.com / e-mail: gabinete@monteazul.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE AZUL

Praça Coronel Jonathas - 220 - Centro - Monte Azul - MG

CEP: 39500-000 - Estado de Minas Gerais

Fone: (38) 3811-1059 / Fax: (38) 3811-1766

CNPJ: 18.650.945/0001-14

VII - supervisionar, fiscalizar, monitorar e avaliar a execução do objeto da presente parceria;

VIII - analisar as prestações de contas na forma das Cláusulas Sexta e Sétima deste instrumento.

2.4. São obrigações da O.S.C.:

I - desenvolver, em conjunto com o MUNICÍPIO o objeto desta parceria conforme o Plano de Trabalho, prestando ao MUNICÍPIO as devidas informações sempre que solicitado;

II - realizar o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, na forma da Cláusula Quinta deste instrumento;

III - responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto desta parceria, conforme Cláusula Terceira;

IV - manter e movimentar os recursos exclusivamente em conta bancária específica, aplicando-os em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, todos com liquidez diária, enquanto não empregados na sua finalidade;

V - alocar os recursos repassados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade, sendo vedada sua classificação como receita própria ou pagamento por prestação de serviços;

VI - não remunerar com os recursos repassados: (i) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal; (ii) servidor ou empregado público, inclusive que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; (iii) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais sujeitos a pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;

VII - efetuar a restituição de recursos nos casos previstos na Lei nº 13.019/2014;

VIII - zelar pela qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia e efetividade social em suas atividades, assegurando a correção de quaisquer irregularidades;

IX - prestar informações aos munícipes e quaisquer interessados sobre o caráter público das ações realizadas em decorrência dessa parceria, quando for o caso;

X - permitir a supervisão, fiscalização, monitoramento e avaliação do MUNICÍPIO sobre a execução do objeto da parceria, garantindo o acesso de agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, documentos e informações relativos a esta parceria, e aos locais de execução do objeto;

XI - prestar contas na forma fixada na Cláusula Sexta, mantendo a guarda dos documentos pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final ou do decurso do prazo para a sua apresentação;

site: www.monteazul.mg.gov.br

e-mail: prefeitomonteazulmg@gmail.com / e-mail: gabinete@monteazul.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE AZUL

Praça Coronel Jonathas - 220 - Centro - Monte Azul - MG

CEP: 39500-000 - Estado de Minas Gerais

Fone: (38) 3811-1059 / Fax: (38) 3811-1766

CNPJ: 18.650.945/0001-14

- XII - comunicar quaisquer alterações em seus atos societários e em seu quadro de dirigentes, quando houver, em até trinta dias da data de registro no órgão competente;
- XIII - operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Termo de **Colaboração e Fomento**, de forma a possibilitar a sua funcionalidade;
- XIV - manter sua habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária devidamente regularizada durante toda a vigência da parceria; e
- XV - garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no Plano de Trabalho, se for o caso.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O MUNICÍPIO transferirá à O.S.C. o valor total de **R\$15.000,00 (quinze mil reais)**, pagos em **05 (cinco)** parcelas de **R\$3.000,00 (três mil reais)** sucessivas.

3.2 - Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, todos com liquidez diária, enquanto não empregados na sua finalidade.

3.3 - O repasse dos recursos financeiros a que se refere esta cláusula será efetuado até o **5º (quinto) dia útil mês**, contados a partir da pactuação do presente.

3.4 - Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, em conta corrente específica da parceria, isenta de tarifa bancária, em agência de instituição financeira pública, indicada pelo MUNICÍPIO, a saber, Banco do Brasil.

3.4.1 - A conta corrente deverá ser aberta no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a publicação do presente termo no Diário Oficial do MUNICÍPIO de Monte Azul, e seus dados informados ao MUNICÍPIO no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após a abertura.

3.4.2 - Excepcionalmente, na hipótese de não haver isenção da tarifa bancária pela instituição financeira, após comprovação da negativa por parte da instituição financeira e comunicação formal ao MUNICÍPIO a fim de que o mesmo possa tomar as devidas providências, fica a O.S.C. autorizada a efetuar a movimentação financeira em instituição financeira de sua preferência, devendo, sempre, negociar a isenção de tarifa bancária com a mesma;

3.5 - Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos;

3.6 - As despesas decorrentes da execução deste Termo de **Colaboração e Fomento** encontram-se lastreadas em recursos recebidos através de **TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS/EMENDAS PARLAMENTARES (O.G.U. e O.G.E.) E RECURSOS PRÓPRIOS DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**, e ocorrerão à conta de recursos alocados no respectivo orçamento do MUNICÍPIO, na dotação orçamentária a seguir informada, ou suas equivalentes para os próximos exercícios financeiros:

-Dotação Orçamentária nº. [061110.122.0013.2034.33504300]

site: www.monteazul.mg.gov.br

e-mail: prefeitomonteazulmg@gmail.com / e-mail: gabinete@monteazul.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE AZUL

Praça Coronel Jonathas - 220 - Centro - Monte Azul - MG

CEP: 39500-000 - Estado de Minas Gerais

Fone: (38) 3811-1059 / Fax: (38) 3811-1766

CNPJ: 18.650.945/0001-14

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

4.1 - Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho, nas hipóteses previstas na Lei nº 13.019/14, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste instrumento.

4.2 - Toda movimentação de recursos no âmbito desta parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação eletrônica do beneficiário final. Os pagamentos devem ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, por meio da Transferência Eletrônica Disponível - TED -, Documento de Ordem de Crédito - DOC -, débito em conta e boleto bancário, todos sujeitos à identificação do beneficiário final.

4.3 - Os recursos transferidos pelo MUNICÍPIO não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência da parceria, permitido o pagamento de despesas após o término da parceria, desde que a constituição da obrigação tenha ocorrido durante a vigência da mesma e esteja prevista no plano de trabalho, sendo a realização do pagamento limitada ao prazo para apresentação da prestação de contas final.

4.3.1 O pagamento das verbas rescisórias da equipe de trabalho da organização da sociedade civil, poderá ser realizada ainda que após o término da execução da parceria, desde que provisionada e proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no plano de trabalho.

4.4 - O MUNICÍPIO reterá as parcelas dos recursos financeiros destinados à O.S.C. nas hipóteses e condições previstas no item 7.9 deste Termo.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE PELO VÍNCULO TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIO, FISCAL E COMERCIAL

5.1 - A O.S.C. é exclusivamente responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao seu funcionamento e ao adimplemento do termo de **Colaboração e Fomento**, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO os respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição a sua execução.

5.2 - A inadimplência da O.S.C. em relação às obrigações previstas no item anterior não transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

5.3 - A remuneração de equipe de trabalho com recursos transferidos pelo MUNICÍPIO não gera vínculo trabalhista ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1 - A prestação de contas tem por objetivo o controle de resultados e deverá conter elementos que permitam verificar o cumprimento do objeto da parceria e o alcance das metas e dos resultados previstos.

6.2 - A O.S.C. deverá apresentar, **semestralmente**, conforme previsto no plano de trabalho, relatório de execução do objeto, que deverá conter:

I - descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE AZUL

Praça Coronel Jonathas - 220 - Centro - Monte Azul - MG

CEP: 39500-000 - Estado de Minas Gerais

Fone: (38) 3811-1059 / Fax: (38) 3811-1766

CNPJ: 18.650.945/0001-14

- II - demonstração do alcance das metas;
- III - documentos de comprova o da execu o das a es e do alcance das metas que evidenciem o cumprimento do objeto, definidos no plano de trabalho como meios de verifica o, como listas de presenças, fotos, vídeos e outros;
- IV - documentos de comprova o do cumprimento da contrapartida em bens ou serviços, quando houver;

V - rela o de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver;

VI - justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas.

6.2.1 - O relatório de que trata este item deverá fornecer elementos para avalia o:

I - dos impactos econ micos ou sociais das a es desenvolvidas;

II - do grau de satisfa o do público-alvo, quando pesquisado;

6.3 - A O.S.C. deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscri o no CNPJ da O.S.C. e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, para fins de comprova o das despesas.

6.3.1 - A O.S.C. deverá registrar na plataforma eletrônica os dados de que trata o item anterior até o vigésimo dia do mês subsequente   liquida o da despesa, sendo obrigatória a inser o de cópia dos comprovantes referentes aos pagamentos das obriga es fiscais, trabalhistas e previdenciárias, ficando dispensada a inser o de notas, comprovantes fiscais ou recibos.

6.4 - A O.S.C. deverá manter a guarda dos documentos originais relativos   execu o das parcerias pelo prazo de dez anos, contados do dia útil subsequente ao da apresenta o da presta o de contas final ou do decurso do prazo para a apresenta o da presta o de contas.

6.5 - Quando descumpridas as obriga es constantes do item 6.2 e 6.3, nos casos em que não estiver comprovado o alcance das metas no relatório de execu o do objeto ou diante de suspeita circunstanciada de irregularidades, a O.S.C. será notificada para apresentar o relatório de execu o financeira, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, que deverá ser instruido com os seguintes documentos:

I - rela o das receitas auferidas, inclusive rendimentos financeiros e recursos captados, e das despesas realizadas com a demonstra o da vincula o com a origem dos recursos e a execu o do objeto, em observância ao plano de trabalho;

II - extratos da conta bancária específica;

III - memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso;

IV - cópias simples das notas e comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da O.S.C. e do fornecedor e indica o do produto ou serviço;

V - justificativa das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, fazendo constar os fatos relevantes.

6.5.1 - A memória de cálculo referida no inciso III deverá conter a indica o do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fra o, com identifica o do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposi o de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

6.6 - Nas parcerias com vigência igual ou superior a um ano, a O.S.C. deverá apresentar presta o de contas anual, exclusivamente com rela o ao desenvolvimento de seu



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE AZUL

Praça Coronel Jonathas - 220 - Centro - Monte Azul - MG

CEP: 39500-000 - Estado de Minas Gerais

Fone: (38) 3811-1059 / Fax: (38) 3811-1766

CNPJ: 18.650.945/0001-14

objeto, para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho.

6.6.1 - A prestação de contas anual deverá ser apresentada no prazo de até 90 (noventa) dias;

6.6.2 - A prestação de contas anual consistirá na apresentação do relatório anual de execução do objeto, que deverá observar o disposto no item 6.2.

6.7 - A O.S.C. deverá apresentar a prestação de contas final, por meio de relatório final de execução do objeto, que deverá conter os elementos previstos no item 6.2.

6.7.1 - A prestação de contas final deverá ser apresentada no prazo de até noventa dias, contado do dia seguinte ao término da vigência da parceria.

6.7.2 - Caso haja, deverá ser apresentado na prestação de contas final o comprovante de recolhimento do saldo remanescente de que trata o art. 52 da Lei Federal nº 13.019/14, e eventual provisão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias de que trata o inciso I do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/14.

6.7.3 - O MUNICÍPIO analisará a prestação de contas final em até cento e cinquenta dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

7.1. As ações de monitoramento e avaliação terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular das parcerias, diante do que deverão contemplar a análise das informações da parceria constantes da plataforma eletrônica e da documentação técnica apresentada;

7.2 - Cabe ao MUNICÍPIO exercer as atribuições de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria podendo valer-se de recursos tecnológicos e apoio técnico de terceiros, que será designado em ato próprio;

7.3 - O MUNICÍPIO designará um gestor para realizar o acompanhamento e fiscalização desta parceria, através de publicação no Diário Oficial do Município - DOM.

7.4. O MUNICÍPIO poderá designar técnicos responsáveis para subsidiar o gestor da parceria em relação à análise dos relatórios de execução do objeto ou de execução financeira, e ainda para a elaboração de seu relatório de monitoramento e avaliação;

7.5 - O MUNICÍPIO designará, em ato específico, os integrantes da comissão de monitoramento e avaliação para analisar os relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, que deverão ser por ela homologados.

7.6 - O gestor emitirá Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada para homologação.

7.7. Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade ou não comprovação do alcance das metas, ainda que parcial, o gestor da parceria notificará a O.S.C. para, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, apresentar Relatório de Execução Financeira, nos termos do item 6.5 deste instrumento.

7.8 - As ações de monitoramento e avaliação deverão contemplar:

I - a análise das informações da parceria constantes das plataformas eletrônicas e da documentação que comprove o pagamento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias até vinte dias do vencimento da obrigação;

II - medidas adotadas para atender a eventuais recomendações existentes dos órgãos de controle externo e interno;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE AZUL

Praça Coronel Jonathas - 220 - Centro - Monte Azul - MG

CEP: 39500-000 - Estado de Minas Gerais

Fone: (38) 3811-1059 / Fax: (38) 3811-1766

CNPJ: 18.650.945/0001-14

III - a verificação de existência da denúncias aceitas.

7.9 - Nas hipóteses em que o monitoramento e avaliação da parceria constate a existência de evidências de irregularidades na aplicação de parcelas anteriormente recebidas; desvio de finalidade da aplicação dos recursos ou o inadimplemento da O.S.C. em relação a obrigações estabelecidas no presente Termo de **Colaboração e Fomento**; ou em que a O.S.C. deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pelo MUNICÍPIO ou pelos órgãos de controle interno ou externo, o MUNICÍPIO poderá reter as parcelas dos recursos financeiros destinados à O.S.C, até o saneamento das impropriedades constatadas;

7.10 - Na hipótese de existência de irregularidade ou inexecução parcial do objeto, mesmo após a notificação da O.S.C. para saná-las, o relatório técnico parcial de monitoramento e avaliação poderá concluir pela rescisão unilateral da parceria, determinando a devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada e, em não havendo a referida devolução, a instauração de tomada de contas especial.

7.11 - O MUNICÍPIO deverá informar à Controladoria Geral do Município e à Procuradoria Geral do Município sobre as irregularidades verificadas nas parcerias celebradas.

7.12 - A execução da parceria poderá ser acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de políticas públicas, sem prejuízo da fiscalização realizada pelo MUNICÍPIO, pelos órgãos de controle e mecanismos de controle social previstos na legislação.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

8.1 - Caso a execução da parceria estiver em desacordo com o estabelecido no Plano de Trabalho e ou com as normas e legislação vigente, o MUNICÍPIO poderá aplicar à O.S.C. sanções de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade, na forma da Lei 13.019/2014, sendo garantidos os direitos de ampla defesa e contraditório da O.S.C..

8.2 - Nas hipóteses dos itens 12.2.1 a 12.2.4 da Cláusula Décima Segunda, a rescisão poderá levar à:

8.2.1 - suspensão temporária da participação em chamamento público, suspensão temporária para requerer credenciamento prévio, suspensão temporária do credenciamento prévio e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do MUNICÍPIO, por prazo não superior a dois anos;

8.2.2 - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público, declaração de inidoneidade para requerer credenciamento prévio, ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o MUNICÍPIO, que será concedida sempre que a O.S.C ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 8.2.1.

8.3 - Na hipótese do item 12.2.2 dessa cláusula a rescisão deverá gerar apuração dos possíveis prejuízos gerados ao MUNICÍPIO.

8.3.1 - Havendo constatação de prejuízo para o MUNICÍPIO, a O.S.C. deverá ressarcir-lo sob pena de suspensão temporária da participação em chamamento público e



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE AZUL

Praça Coronel Jonathas - 220 - Centro - Monte Azul - MG

CEP: 39500-000 - Estado de Minas Gerais

Fone: (38) 3811-1059 / Fax: (38) 3811-1766

CNPJ: 18.650.945/0001-14

impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do MUNICÍPIO, pelo prazo máximo de dois anos;

8.3.2 - Passado o prazo de dois anos e perdurando os motivos determinantes da punição, a O.S.C será declarada inidônea para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, até que ocorre o saneamento.

8.4 - Quando da conclusão, denúncia ou rescisão da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, deverão ser devolvidos ao MUNICÍPIO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial providenciada pelo órgão competente do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA - DA DIVULGAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

9.1 - Obriga-se a O.S.C., em razão deste Termo de **Colaboração e Fomento**, a fazer constar identificação do MUNICÍPIO de Monte Azul/MG e sua Administração, nos formulários, cartazes, folhetos, anúncios e matérias na mídia, assim como produtos da parceria, tais como livros, relatórios, vídeos, internet e outros meios de divulgação, observando a legislação eleitoral vigente.

9.2. - A utilização de logomarca, brasão ou demais símbolos do MUNICÍPIO deverão ser previamente autorizados pela Assessoria da Comunicação do Município.

9.3 - A O.S.C. compromete-se a publicar no seu sítio eletrônico oficial, quando houver, ou no sítio eletrônico público do Mapa das O.S.C.s, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerçam suas ações, desde a celebração das parcerias até cento e oitenta dias após a apresentação da prestação de contas final, as informações de que trata o art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014.

9.4 - Fica vedada a utilização de símbolos partidários e ou de caráter eleitoral em qualquer material de divulgação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

10.1 - Este Termo de **Colaboração e Fomento**, terá vigência de **05 (cinco) meses**, contados a partir da data de sua **assinatura e publicação** e encerrar-se-á ao término de sua vigência, possibilitada a sua prorrogação.

10.2 - A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação fundamentada da O.S.C. por meio de Termo Aditivo, devidamente justificada e formalizada, a ser apresentada ao MUNICÍPIO, em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término da sua vigência, desde que não haja alteração de seu objeto.

10.3 - A alteração do prazo de vigência do Termo de **Colaboração e Fomento**, em decorrência de atraso na liberação dos recursos por responsabilidade do MUNICÍPIO, será promovida "de ofício", limitada ao período do atraso verificado, por meio de Termo de Apostila.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE AZUL

Praça Coronel Jonathas - 220 - Centro - Monte Azul - MG

CEP: 39500-000 - Estado de Minas Gerais

Fone: (38) 3811-1059 / Fax: (38) 3811-1766

CNPJ: 18.650.945/0001-14

11.1 - Este Termo de **Colaboração e Fomento**, poderá ser alterado, com as devidas justificativas, mediante Termo Aditivo, Certidão de Apostilamento e ajuste no Plano de Trabalho, devendo o respectivo pedido ser apresentado pela O.S.C com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

11.2 - É vedada a alteração do objeto do Termo de **Colaboração e Fomento**, permitida a ampliação, redução ou exclusão de metas, sem prejuízo da funcionalidade do objeto, desde que respeitados os limites legais e devidamente justificada e aprovada pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1 - É facultado aos PARCEIROS rescindirem este instrumento a qualquer tempo, delimitando as respectivas condições, sanções e responsabilidades, estipulando-se prazo mínimo de antecedência para a comunicação dessa intenção, não inferior a 60 (sessenta) dias.

12.2 - Esta parceria poderá ser rescindida quando:

12.2.1 - ocorrer o descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nela estabelecidas;

12.2.2 - quando a O.S.C. não sanar as impropriedades constantes do item 7.9 da cláusula oitava;

12.2.3 - pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que a torne formal ou materialmente inexequível;

12.2.4 - for denunciada a qualquer tempo, por qualquer das partes mediante prévio aviso com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS BENS PERMANENTES E DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

13.1 - Os materiais permanentes a serem adquiridos para a implementação das atividades especificadas na cláusula primeira deverão ser orçados e comprados pelo valor médio de mercado, tendo como norteador os princípios da legalidade, moralidade e economicidade, sob pena de nulidade das despesas.

13.2 - Fica desde já definida a titularidade da O.S.C. acerca dos bens permanentes adquiridos e ou produzidos em razão da execução deste Termo, podendo o MUNICÍPIO reavê-los, após a consecução completa do objeto ou em caso de confirmadas irregularidades, na hipótese de melhor atendimento ao interesse social.

13.2.1 - Os materiais permanentes reavidos pelo MUNICÍPIO, serão retirados no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado da data de notificação da Rescisão dessa parceria.

13.3. É vedada a doação, venda, cessão, empréstimo, transferência ou qualquer outra transmissão de titularidade dos bens permanentes adquiridos e ou produzidos em razão da execução deste Termo;

13.4. Nas hipóteses de produção de bens de propriedade intelectual decorrente da execução do objeto desta parceria, a titularidade dos referidos bens será compartilhada pelos PARCEIROS, ficando sua utilização condicionada à celebração de instrumento próprio, observada a legislação vigente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE AZUL

Praça Coronel Jonathas - 220 - Centro - Monte Azul - MG

CEP: 39500-000 - Estado de Minas Gerais

Fone: (38) 3811-1059 / Fax: (38) 3811-1766


CNPJ: 18.650.945/0001-14

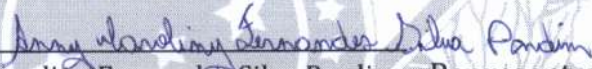
13.4.1. Nas hipóteses em que, em virtude da execução do objeto desta parceria, a O.S.C. contratar quaisquer serviços dos quais decorram bens previstos no item 13.4, fica a O.S.C. obrigada a constar do contrato a ser celebrado, cláusula de cessão dos referidos direitos por parte de seu detentor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. Não logrando êxito na tentativa de conciliação e solução administrativa, fica eleito o Foro da Comarca de Monte Azul/MG para dirimir os conflitos decorrentes deste Instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem acordados com os termos dessa parceria as partes firmam em 3 (três) vias de igual teor e forma o presente instrumento.

Monte Azul/MG, 18 de agosto de 2023.


Paulo Dias Moreira - Prefeito Municipal


Anny Caroliny Fernandes Silva Pardim - Representante Legal da O.S.C.

Testemunha 01: 

CPF: 108 019 006 62

Testemunha 02: _____

CPF: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE AZUL

Praça Coronel Jonathas - 220 - Centro - Monte Azul - MG

CEP: 39500-000 - Estado de Minas Gerais

Fone: (38) 3811-1059 / Fax: (38) 3811-1766

CNPJ: 18.650.945/0001-14

ANEXO I

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DOS ANIMAIS

Proclamada pela UNESCO em sessão realizada em Bruxelas em 27 de janeiro de 1978

Preâmbulo: Considerando que cada animal tem direitos; considerando que o desconhecimento e o desprezo destes direitos levaram e continuam a levar o homem a cometer crimes contra a natureza e contra os animais; considerando que o reconhecimento por parte da espécie humana do direito à existência das outras espécies animais constitui o fundamento da coexistência das espécies no mundo; considerando que genocídios são perpetrados pelo homem e que outros ainda podem ocorrer; considerando que o respeito pelos animais por parte do homem está ligado ao respeito dos homens entre si; considerando que a educação deve ensinar à infância a observar, compreender e respeitar os animais,

Proclama-se:

Art. 1. Todos os animais nascem iguais diante da vida e têm o mesmo direito à existência.

Art. 2. a) Cada animal tem o direito ao respeito. b) O homem, enquanto espécie animal, não pode atribuir-se o direito de exterminar os outros animais ou explorá-los, violando esse direito. Ele tem o dever de colocar a sua consciência a serviço dos outros animais. c) Cada animal tem o direito à consideração, à cura e à proteção do homem.

Art. 3. a) Nenhum animal deverá ser submetido a maus-tratos e atos cruéis. b) Se a morte de um animal é necessária, deve ser instantânea, sem dor nem angústia.

Art. 4. a) Cada animal que pertence a uma espécie selvagem tem o direito de viver livre no seu ambiente natural terrestre, aéreo ou aquático e tem o direito de reproduzir-se. b) A privação da liberdade, ainda que para fins educativos, é contrária a este direito.

Art. 5. a) Cada animal pertencente a uma espécie que vive habitualmente no ambiente do homem tem o direito de viver e crescer segundo o ritmo e as condições de vida e de liberdade que são próprias da sua espécie. b) Toda modificação deste ritmo e destas condições impostas pelo homem para fins mercantis é contrária a este direito.

Art. 6. a) Cada animal que o homem escolher para companheiro tem o direito a uma duração de vida correspondente a sua longevidade natural. b) O abandono de um animal é um ato cruel e degradante.

Art. 7. Cada animal que trabalha tem o direito a uma razoável limitação do tempo e intensidade do trabalho, a uma alimentação adequada e ao repouso.

Art. 8. a) A experimentação animal que implica um sofrimento físico ou psíquico é incompatível com os direitos do animal, seja uma experiência médica, científica, comercial ou qualquer outra. b) As técnicas substitutivas devem ser utilizadas e desenvolvidas.

Art. 9. No caso de o animal ser criado para servir de alimentação, deve ser nutrido, alojado, transportado e morto sem que para ele resulte ansiedade ou dor.

Art. 10. a) Nenhum animal deve ser usado para divertimento do homem. b) A exibição dos animais e os espetáculos que os utilizam são incompatíveis com a dignidade do animal.

Art. 11. O ato que leva à morte de um animal sem necessidade é um biocídio, ou seja, um delito contra a vida.

Art. 12. a) Cada ato que leva à morte de um grande número de animais selvagens é um genocídio, ou seja, um delito contra a espécie. b) O aniquilamento e a destruição do ambiente natural levam ao genocídio.

Art. 13. a) O animal morto deve ser tratado com respeito. b) As cenas de violência de que os animais são vítimas *devem* ser proibidas no cinema e na televisão, a menos que tenham como fim mostrar um atentado aos direitos do animal.

Art. 14. a) As associações de proteção e de salvaguarda dos animais devem ser representadas em nível governamental. b) Os direitos do animal *devem* ser defendidos por leis, como os direitos do homem.

Plano de trabalho – Associação amor Canino

PLANO DE TRABALHO

1- DADOS CADASTRAIS E CARACTERÍSTICAS DA ENTIDADE

Nome da entidade: Associação Amor Canino	CNPJ: 42.634.583/0001-52
Endereço: Rua dos Fernandes, 46 – Centro – Monte Azul-MG	CEP: 39.500.000
Conta bancária: 24.116-4	Banco: 001 Banco do Brasil S.A Agência: 2790-1
Data de constituição: 08/07/2021	
Nome do Responsável: Anny Caroliny Fernandes Silva Pardim	CPF: 098.709.816-07
Período do Mandato: até 09/08/2024	Identidade: MG 16.566.376 SSP MG Cargo: Presidente
Endereço: Rua Gov. Bias Fortes, 30 – Bairro Pernambuco – Monte Azul-MG	
Lais Jorge Chaves	CPF: 114.466.986-37
Período do Mandato: até 09/08/2024	Identidade: M. 18.627.009 SSP MG Cargo: Vice Presidente
Caracterização da Entidade ou Nome de Fantasia: Associação Amor Canino	
Finalidade: Proteção aos animais abandonados e que sofrem maus tratos.	
Histórico e área de atuação da Entidade: Abrigar, tratar, proteger, tirar do abandono, fiscalizar, castrar e encaminhar para adoção animais domésticos abandonados em via pública e nos bairros mais carentes do município.	

Plano de trabalho – Associação amor Canino

2- PROPOSTA DE TRABALHO

Nome do Projeto/Atividade: **MANUTENÇÃO DE AÇÕES PROTETIVAS DE ANIMAIS ABANDONADOS**

Prazo de Execução: 1 ano

Objetivo Geral: Executar todos os tipos de medidas protetivas a animais abandonados e sofredores de maus tratos no município de Monte Azul-MG.

Público Alvo: Cães abandonados, mutilados, doentes que povoam as vias públicas do município de Monte Azul-MG e que oferecem graves riscos de saúde pública à população.

Objeto da Parceria: Proteger, amparar e prestar serviços de apoio ao controle populacional desses animais, auxiliando o município na melhoria da saúde pública.

Descrição da realidade: A Associação Amor Canino, existente de fato há mais de cinco anos, vem cuidando sistematicamente dos cães abandonados em nossa cidade. Muitos deles são recolhidos quando estão mutilados, extremamente doentes, quando não muito, foram expostos a tratamentos cruéis por quem ignora a legislação. Tem promovido a castração desses animais recolhidos, bem como dos animais que “moram” nas ruas, evitando assim a sua proliferação. Tem sido dada a preferência de castração de fêmeas, devido à alta capacidade de reprodução. Os animais recolhidos são vacinados, tratados e colocados para adoção. A Associação tem como única fonte de recursos as doações voluntárias de cidadãos que abraçam a causa animal. Seus dirigentes não possuem nenhuma remuneração e oferecem esses serviços de interesse público de forma voluntária. A associação carece de recursos para alimentação desses animais, bem como também de medicamentos para tratamento dos mesmos e de funcionário para limpeza do abrigo. Há carência também de recursos para aquisição de materiais de limpeza, higienização, manejo, etc.

Outras abordagens: Os animais de rua podem ter uma série de problemas que afetam o seu próprio bem estar, como a destruição, doenças, ferimentos devidos a acidentes de trânsito, ferimentos por brigas e maus tratos. Além disso, tentativas de controle feitas pela população podem afetar significativamente o bem estar animal, incluindo métodos desumanos de extermínio (envenenamento), métodos cruéis de captura, locais de apreensão mal equipados e mal gerenciados.

Importante mencionar que os animais abandonados geram problemas a toda a sociedade, tanto na saúde pública e segurança, incluindo transmissão de doenças para humanos (zoonoses) e para outros animais. Muitos desses animais, quando feridos ou com medo passam a ter comportamentos agressivos, provocando acidentes de trânsito e outras consequências, como ataques à população.

Impacto Social Esperado: Conscientização da população sobre o respeito aos animais; diminuição e extinção dos maus tratos; criação de uma cultura de proteção a esses seres, gerando valores permanentes e positivos na sociedade.

Plano de trabalho – Associação Amor Canino

3- CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE METAS

Metas	Etapa	Especificação	Indicador Físico		Duração	
			Unid	Quant	Início	Término
1	1	Atendimentos diversos	Animais atendidos	50/mês	agosto 2023	dezembro 2023

4 – DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

Meta	a) Ações – Atribuições da Conveniada
1	<p>Auxiliar e orientar tutores de animais sobre como proceder com as vacinas e vermífugos dos animais;</p> <p>Realizar e participar de campanhas de conscientização sobre a posse responsável de animais, tratando das doenças e buscando erradicar os maus tratos, bem como zelar pelo bem estar, respeito e dignidade dos animais;</p> <p>Oferecer aos animais abrigados todo o cuidado e alimentação necessários;</p> <p>Destinar corretamente os resíduos comuns e infectantes;</p> <p>Realizar campanhas de adoção dos animais abrigados;</p> <p>Zelar pela limpeza, conservação e manutenção do local cedido;</p> <p>Prestar contas dos recursos recebidos; apresentar relatório das atividades desenvolvidas, como forma de garantir o repasse dos recursos;</p> <p>Disponibilizar funcionário para o trato e cuidado dos animais;</p> <p>Realizar campanhas para arrecadação de recursos;</p>
	b) Ações – Atribuições da Convenente
	<p>Destinar os recursos orçamentários para compra de rações, material de limpeza e manutenção e a contratação de um funcionário para os cuidados diários no local onde os animais sob nossa responsabilidade, são mantidos.</p>

Plano de trabalho – Associação amor Canino

5-PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

Quantidade	Descrição	Valor mensal	Valor anual
5 meses		R\$ 3.000,00	R\$ 15.000,00

6 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$1,00)

Meta	1º mês agosto	2º mês setembro	3º mês outubro	4º mês novembro	5º mês dezembro
	R\$3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$3.000,00	R\$3.000,00	R\$3.000,00

6.1

QUADRO DE PESSOAL							
Cargo	Salário	Encargos FGTS	Encargos INSS	1/12 de 13 salário	1/12 de férias	Encargos 13ª e férias	Total Mensal
Ajudante de serviços gerais 30 horas	R\$ 1.320,00	R\$ 165,60	R\$ 97,65	R\$ 110,00	R\$ 110,00	R\$ 43,87	R\$ 1.847,12

OUTROS GASTOS		
Gastos com rações – 04 sacos /25 kg– filhotes	R\$ 136,00	R\$ 544,00
Gastos com rações – 08 sacos /15 kg– Adultos	R\$ 55,00	R\$ 440,00
Gastos com limpeza – desinfetantes, Kiboa e detergentes	Vários	R\$ 168,88

Total Geral:

R\$ 3.000,00/mês

Plano de trabalho – Associação amor Canino

7- MODO E PERIODICIDADE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

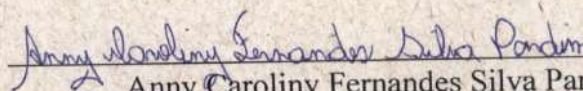
60 dias contados do término da vigência.

8- PRAZO DE ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

____ dias, contados da data do seu recebimento ou do cumprimento de diligência determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

9- DECLARAÇÃO:

Na qualidade de representante legal da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, declaro, para fins de comprovação junto ao MUNICÍPIO, para efeitos e sob as penas da Lei, que inexistem qualquer débito ou situação de inadimplência com a Administração Pública Municipal ou qualquer entidade da Administração de Monte Azul(MG).


Anny Carolyn Fernandes Silva Pardim
Presidente

Monte Azul, 21 de Agosto de 2023